

# **PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO: GLOBALIZAÇÃO E OS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA CAMPONESA NA PERIFERIA MUNDIAL**

Mariana Rettore Baptista  
PET Economia - UFMG

## **Introdução**

As cadeias de valor globais implantadas a partir da globalização afetam os fenômenos da vida local em diversas dimensões. Isso continua a ser verdade também para a vida no campo. A partir de uma reordenação das dinâmicas de trabalho temos, conseqüentemente, uma reordenação das estratégias de sobrevivência camponesa e do perfil de atividades agrícolas.

Esse trabalho é uma investigação das tendências de feminização do trabalho agrícola, a partir do pressuposto que tal processo é o resultado de uma transformação estrutural no ambiente agrário devido em parte a fatores ligados à globalização, a mecanização do campo e as novas estratégias de sobrevivência camponesa diante desse cenário - em específico a pluriatividade. Segundo Lastarria-Cornhiel (2008):

En las últimas décadas, las mujeres han ampliado y profundizado su participación en la producción agrícola dado que, cada vez con mayor frecuencia, recae sobre sus hombros la responsabilidad del sustento familiar. Asimismo, su intervención se incrementa cuando responden a oportunidades económicas en la agricultura comercial. Un documento de la FAO (1999: 12-13) indica que si bien la proporción de la fuerza laboral total en actividades agrícolas decreció durante los años 90s, esta relación aumentó en lo que se refiere a las mujeres, especialmente en los países en vías de desarrollo. En África y Asia, casi la mitad de la fuerza laboral está compuesta por mujeres. Esta tendencia se ha denominado “feminización de la agricultura” (p. 5)

Portanto, o presente artigo visa compreender, numa perspectiva teórica, a articulação entre as formas de resistência da economia camponesa e o fenômeno da globalização. O trabalho dará atenção às transformações no âmbito espacial e das condições de trabalho trazidas pelo processo de globalização naquilo que este modifica a estrutura da economia camponesa, voltando-se especificamente para o trabalho das mulheres no campo. Nesse sentido, o

trabalho se baseia em aportes da teoria economia feminista como fontes importantes para um debate do papel desempenhado pelas mulheres no contexto do campesinato na periferia mundial.

O trabalho se divide em quatro partes, além desta introdução. A primeira busca introduzir de forma crítica a discussão em torno do processo de globalização e seus impactos para a (re)ordenação das economias periféricas na atualidade. A segunda seção faz uma apreciação crítica das mudanças vivenciadas no universo agrário da contemporaneidade. Em seguida, a terceira sessão visa discutir o as estratégias de sobrevivência do campesinato, colocando em foco a estratégia de pluriatividade das famílias ainda ligadas a economia camponesa. E por fim, a quarta seção discute o protagonismo da mulher na atual organização das economias contemporâneas do campo, a partir da discussão em torno da tendência de feminização do ambiente rural. O fenômeno discutido trata essencialmente da expansão da presença da mão de obra feminina no campo, e são apresentadas e discutidas duas manifestações que o compõem, sendo elas: tanto a maior presença de mulheres nas unidades de produção de pequena escala - agricultura familiar - , quanto na expansão da ocupação de mulheres assalariadas na agroindústria de exportação.

## **1. Globalização e a periferia mundial**

Ao tratar de globalização, antes de tudo é necessário que se entenda o termo como alvo de uma disputa ideológica do qual a hegemonia econômica se apropria, criando a narrativa - “a fábula da globalização” para Milton Santos - quanto ao caminho inevitável do capitalismo, no qual se enxerga o processo como triunfo da liberdade de mercado. Ao pôr em pauta o termo, nesse artigo assumo um posicionamento crítico as suas interpretações mais usuais.

A globalização é um processo contemporâneo que pode ser compreendido em suas dimensões culturais, espaciais e socioeconômicas. O atual estágio da economia contemporânea, integrada e articulada a partir da divisão internacional e regional do trabalho, se articula de forma tentacular na medida em que centros político-econômicos dominam e regulam as periferias globais. Assim, a economia globalizada diante dos novos imperativos de produção

e reprodução pressupõe novas organizações espaciais que são criadas segundo outras demandas ocupacionais.

Os novos padrões de competição internacional impõem reduções nos custos de produção que se refletem nos mercados de trabalho locais, reduzindo níveis de emprego e de remuneração e gerando formas de organização da produção que acabam por retirá-las do seu contexto sócio-espacial imediato para inseri-las no novo contexto da acumulação capitalista mundial. Dito de outra forma, o espaço econômico abstrato, potencializado pelo avanço tecnológico, se impõe sobre o espaço social subordinando-o às determinações de uma economia mundial dominada pelo capital financeiro e, assim, crescentemente desmaterializada e de-localizada. (MONTE MÓR, p. 1)

Sob a perspectiva econômica, a globalização está ligada a fenômenos como a interdependência entre os mercados nacionais, expansão do mercado internacional, avanços nas tecnologias de informação e comunicação, desregulação e abertura dos mercados e economias, crescentes esquemas de privatização e subcontratação, criação de mercados regionais e uma nova perspectiva de expansão das empresas multinacionais (HIRATA, 2005, p.141). O movimento de globalização tende a constituição de um mercado mundial que, apesar da sua força homogeneizante (visando a internacionalização do capital e a expansão dos mercados), aprofunda as desigualdades existentes nas situações de trabalho centro-periferia e, nesse processo, tende ao agravamento das problemáticas de gênero e raça.

A interdependência crescente dos mercados nacionais com vistas à constituição de um mercado mundial unificado, a despeito de suas forças homogeneizantes, não suprime a diversidade, mas aguça a heterogeneidade das situações de trabalho, de emprego e de atividade das mulheres e dos homens, do Sul e do Norte. “Inclusão” ou “exclusão” podem ser considerados termos para designar a estruturação de zonas desenvolvidas e de zonas excluídas do desenvolvimento. (HIRATA, 2005, p. 141)

É dessa forma que a divisão internacional do trabalho é reforçada, criando o que se pode chamar de hierarquia entre países, na qual o Norte global ocupa o centro de poder na articulação das cadeias globais de valor.

Assim, ao falarmos de globalização é essencial ter em vista que este é um processo que tem impactos diferentes para o Norte e Sul global, principalmente quando se trata das questões de

reestruturação do trabalho.(HIRATA, 2005) Isso porque as desigualdades sociais e produtivas entre os espaços não se mantêm constantes apesar desse processo de mundialização, elas na verdade tendem a se agravar, pois a maior interdependência e coesão entre os mercados não produz uma homogeneização do trabalho.

Nesse contexto, a articulação da reestruturação do trabalho<sup>1</sup> - recorrente pauta das reivindicações do mercado globalizado - faz com que o impacto das políticas de liberalização do mercado de trabalho, como a flexibilização e terceirização, atuem de formas distintas para os trabalhadores dos países da empresa matriz e dos trabalhadores das suas filiais no resto do mundo. (HIRATA, 2002, 2005)

Sob essa perspectiva a reestruturação do trabalho dentro do processo de globalização se articula com as hierarquias sócio-econômicas já pré estabelecidas pelos processos históricos de dominação política que atravessa a formação da economia contemporânea, como colonialismo e imperialismo. Dessa forma, pensar a relação centro periferia<sup>2</sup> no contexto de globalização é pensar também como se formam certas hierarquias espaciais, a partir do que Hirata chama de polarização das economias globais.

[...] a polarização em três grandes zonas do globo, Estados Unidos, Europa, Japão, às quais se acrescentam alguns outros poucos países da América Latina e da Ásia e a exclusão tendencial de outras zonas se traduzem pela existência de hierarquia e correlação de forças a nível internacional. Essa hierarquia se traduz por relações de dominação, pela supremacia econômica e política que certos países têm sobre regiões inteiras. (HIRATA, p. 112)

Além das diferenças entre Norte e Sul, observa-se conjuntamente impactos diferentes da globalização entre setores econômicos. Sendo assim, esse artigo propõe aproximar-se da discussão acerca do setor primário para a periferia mundial, dando ênfase nas alterações no viver do meio rural, tendo em vista o recorte de gênero.

---

<sup>1</sup> O termo é derivado do contexto de crise do fordismo, discutida por autores como David Harvey e também por Helena Hirata. Sobre o termo, Hirata (2005) escreve: “As transformações do trabalho e da produção eram, nos anos 1980-1990, conceptualizados em termos de “especialização flexível” “novo conceito de produção” [...] ou, mais amplamente, como “neotaylorismo” ou pós-fordismo, segundo interpretações teóricas divergentes. Elas são hoje recobertas pelo enfoque em termos de globalização/mundialização. Parece-nos que desde o fim dos anos 1990 as pesquisas sobre a mundialização foram substituídas, progressivamente, pelas pesquisas sobre os novos modelos produtivos alternativos à organização taylorista-fordista, provocando assim uma verdadeira mudança de paradigma nos debates sobre trabalho e emprego.”

<sup>2</sup>

## 2. Transformações no universo agrícola

Muchas de las publicaciones que analizan los recientes cambios en el trabajo de las mujeres en la agricultura, los vinculan con las políticas neoliberales puestas en práctica en la mayoría de los países desde principios de los años 80s. (Lastarria-Cornhiel, 2008,p. 5)

A compreensão das transformações do universo rural contemporâneo depende da discussão sobre globalização. , Isso na medida em que o mercado mundialmente integrado traz para a periferia capitalista novas demandas de produção, reestruturando as condições de trabalho e, inevitavelmente, a organização do espaço. Dessa forma, nesse cenário de transformação econômica e avanço do modo de produção capitalista, a abordagem dicotômica campo e cidade se vê gradativamente mais frágil, posto que, dada a expansão da lógica urbano-industrial, as fronteiras entre o rural e o urbano se mostram progressivamente mais imprecisas. (MONTE-MÓR, p.11)

Posto isso, muito tem se discutido sobre as mudanças que o rural vem sofrendo ao longo das últimas décadas, sendo a uma delas o aumento de ocupações não agrícolas no meio rural e o adentramento cada vez mais voraz da indústria no universo agrícola (BALSADI, p.155, 2001). Essa tendência, iniciada a partir dos anos 80 na América Latina, é vista como a consequência do cenário de abertura dos mercados nacionais para a construção de uma economia globalizada, no qual se introduz novos atores e tecnologias no campo. (BALSADI, 2001; SILVA, 1990)

Como já assinalado, a abertura econômica e a industrialização da agricultura foram pontos-chaves para a nova configuração do campo, e, dentro desse contexto, uma crítica política quanto a mecanização da agricultura se faz essencial para pontuar a precarização da vida camponesa. José Graziano da Silva trás uma leitura marxista acerca da mecanização do campo a partir da introdução de novas tecnologias no trabalho agrícola. Segundo ele, o desenvolvimento científico e tecnológico, dentro de uma sociedade de classes capitalistas, implica, antes de tudo, no estabelecimento de uma relação social de trabalho na qual se introduz duas funções para a tecnologia: sendo a primeira o aumento da produtividade e a

segunda a reprodução e o aprofundamento da divisão social do trabalho, pela dominação social do capital sobre o trabalho humano. Dessa forma, para o autor é importante compreender as escolhas tecnológicas - como a mecanização do campo - para além da questão produtiva, na medida em que a tecnologia gera lucro e desemprego para classes diferentes. Assim, a escolha técnica do grande capital torna-se eminentemente uma escolha político ideológica. (SILVA, 1990, p. 16 e 17)<sup>3</sup>

A partir da análise de Graziano, temos que: a mecanização de muitas partes do processo de culturas agropecuárias e, concomitantemente, a crise agrícola de certas culturas - tendo em vista a queda nos preços de commodities exatamente pelo aumento da produtividade agrícola - excluiu uma grande parte da população economicamente ativa rural dos trabalhos agrícolas. “Como resultado dessa modernização, houve um grande aumento da produção física, com uma área cultivada substancialmente menor e um contingente cada vez mais reduzido de trabalhadores no processo produtivo.” (BALSADI, 2001, p.156)

Como resultado desse processo observou-se, o crescente desemprego no campo e o êxodo rural de muitos trabalhadores, que optam por deixar o campo e ir para a cidade trabalhar. (BALSADI, p.156) Ao mesmo tempo, observa-se um processo de “urbanização” do trabalho rural, ou seja, a dissociação entre trabalho rural e agrícola, causado exatamente pela aproximação entre a indústria e o campo.

Las bajas en la rentabilidad de la producción local de alimentos y en la seguridad alimentaria, han obligado a las familias rurales más pobres y de menores activos a buscar otras fuentes de ingresos (empleo no agrícola) a fin de poder mantener sus hogares. La diversificación de los medios de sustento incluye la emigración tanto de hombres como mujeres, y el trabajo en el sector de los agronegocios. (Lastarria-Cornhiel, 2008,p. 20)

Esse processo dialoga diretamente com o conceito de *urbanização extensiva*, trabalhado por Roberto Monte-Mór e que orienta a compreensão da dinâmica contemporânea de ocupação e organização dos espaços sociais. Tal conceito articula o movimento de expansão da lógica

---

<sup>3</sup> Aprofundar-se na crítica a mecanização do campo não constitui o objetivo primeiro desta pesquisa. Para mais, ver SILVA, 1990.

urbano-industrial, para além dos limites da cidade, a partir do *tecido urbano*<sup>4</sup> e das relações de reprodução e produção (capitalistas) urbano-industriais que o envolvem. (MONTE-MÓR, 2006, p. 88). Assim, o processo observado de redução das ocupações agrícolas no rural pode ser analisado pela urbanização extensiva, na medida em que se articula com a dinâmica econômica do mundo capitalista globalizado ao nível microrregional, afetando a composição das cidades e zonas rurais.

Posto isso, a hegemonia econômica do capital e seus movimentos no espaço põem em questão a própria (r)existência da ruralidade e do trabalho agrícola em suas formas mais tradicionais.

### **3. Campesinato e estratégias de resistência camponesa**

Porém, apesar da densidade das aglutinações do capital sobre a estrutura de vida no campo, ainda resistem nas periferias globais - e principalmente na América Latina - as formas de vida de trabalhadores ligados a formas tradicionais de agricultura. Trabalhadores da agricultura familiar que atuam em pequenas unidades produtivas assumem vital importância para a segurança alimentar da população. No Brasil, por exemplo, a agricultura familiar é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção de alimentos do país, representa em torno de 10% do PIB agrícola e responde por quase 77% dos postos de trabalho na agricultura. (SILVA & SCHNEIDER, 2010, p. 2)

Essa forma contra hegemônica e tradicional de ocupação do campo pode ser caracterizada como o campesinato contemporâneo e dentro dessa categoria se inclui uma diversidade abrangente de experiências de produção camponesa; que vai desde o típico agricultor do cerrado mineiro, até ribeirinhos e pescadores da Amazônia legal e as quebradeiras do coco de babaçu no Nordeste brasileiro.

---

<sup>4</sup> Termo trabalhado por Monte-Mór a partir do que o filósofo Henri Lefebvre denomina de “zona urbana” em sua obra, que visa apontar para extensão do alcance do *tecido urbano*, fazendo com que o universo do *urbano* se penetre em áreas antes não ocupadas. “O que Lefebvre chama “zona urbana” é, portanto, o estágio da urbanização que se encontra para além dos limites da “cidade industrial”, ainda que a englobando. Estende-se pelo espaço regional à medida que relações de produção e forças produtivas capitalistas criam as condições sócio-espaciais necessárias para a acumulação continuada. Estas condições são necessariamente urbano-industriais, nas suas formas sociais e espaciais. (MONTE-MÓR, 2011, p. 3)

Ao tratar do campesinato é importante ter como base de análise uma outra concepção econômica, a da economia camponesa. Tendo em vista que a economia camponesa se organiza no núcleo produtivo de base familiar, a lógica produtiva camponesa perpassa outras questões que se diferem da lógica de produção capitalista. Dessa forma, o objetivo da família camponesa não é obter lucro, mas sim garantir suas necessidades de reprodução. Desta forma, posto que a unidade de produção se iguala a unidade de consumo, consumir mais é necessariamente produzir e trabalhar mais.

[...] o objetivo da família trabalhadora rural não seria obter lucro, mas garantir a satisfação de suas necessidades, levando em consideração um equilíbrio entre o consumo e a produção familiar. O autor destaca que duas características fundamentais da produção familiar são a ausência de salário para os trabalhadores do grupo familiar e a indistinção da família como unidade produtiva e unidade de consumo. Segundo ele, o ponto de equilíbrio interno é dado pela composição da família (seu tamanho e quantidade de trabalhadores e não trabalhadores) e pela capacidade de trabalho que possui (grau de auto-exploração). (SILVA & SCHNEIDER)

Segundo Costa e Carvalho, uma distinção a ser feita quanto às famílias camponesas tange exatamente a produção para se suprir suas necessidades reprodutivas mediante a produção rural a partir da não separação entre aqueles que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado do trabalho. (Costa e Carvalho, 2016, p. 23)

Dessa forma, o artigo parte da hipótese na qual, dentro do contexto de desarticulação do trabalho do camponês pelo avanço neoliberal das fronteiras da acumulação primitiva no ambiente rural, cria-se um espaço alternativo, de resistentência coletiva para a sobrevivência camponesa. Dadas as novas formas de sujeição ao trabalho no campo e os atuais imperativos do capital que atuam no universo agrícola, novas formas de sobrevivência camponesa emergem, sendo a pluriatividade apontada como uma estratégia de reprodução, pela proximidade atual entre indústria e campo.

A *pluriatividade* é uma forma recorrente de sobrevivência das famílias rurais no Brasil e na periferia mundial atualmente; e não é algo novo dentro dos estudos sobre economia

camponesa. Entretanto é devido às recentes mudanças no mundo do trabalho rural que a pluriatividade deixou de ser uma estratégia transitória e temporária e agora assume-se como uma forma estável de sobrevivência camponesa. (SILVA & SCHNEIDER, 2010; BALSADI, 2001) A pluriatividade no ambiente rural pode ser entendida como uma estratégia de reprodução social na qual se combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas desempenhadas pelo mesmo núcleo familiar. Nesse modelo de família pluriativa, parte da família se dedica ao cultivo e à outras atividades puramente agrícolas enquanto outra parcela do núcleo familiar busca renda complementar a partir do contato mais direto com o mercado, inserindo-se em outras atividades que são, por sua vez, não agrícolas em suas formas tradicionais. Em contraposição identifica-se como monoativas aqueles núcleos familiares no qual há exclusivamente atividades agrícolas ou não agrícolas.

Ao se pensar no campo, aponta-se que a pluriatividade pode ser interpretada como uma estratégia de resistência camponesa, (SILVA & SCHNEIDER, 201) principalmente para aqueles camponeses com menores porções de terra, apesar de que tal estratégia se manifesta em núcleos familiares de maior e menor renda.

Além disso as famílias pluriativas tendem a ter maior número de membros em relação às famílias monoativas. Famílias maiores, com menor quantidade de área cultivável, fazendo uso da moto-mecanização acentuada, geram um excedente de mão-de-obra que deverá migrar ou procurar outra ocupação. (SILVA & SCHNEIDER, 2010, p. 10)

A discussão de pluriatividade das famílias camponesas dialoga diretamente com a urbanização extensiva, e pode ser encarada como uma forma de adaptação ao rural contemporâneo na medida em que as lógicas urbano-industriais adentram esses novos espaços, trazendo consigo outras possibilidades de trabalho e renda para essa população. E é a partir da compreensão dessa estratégia de resistência camponesa que procuramos então introduzir a reflexão em torno do protagonismo feminino no campo.

#### **4. Mulheres Camponesas: a feminização do campo**

En términos generales, la feminización de la agricultura se refiere a la creciente participación de las mujeres en la fuerza laboral agrícola, ya

sea como productoras independientes, como trabajadoras familiares no remuneradas o como asalariadas. (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 5)

Nas últimas décadas o trabalho das mulheres na agricultura tem se tornado mais visível e sendo assim, a discussão em torno da figura da mulher camponesa é fundamental para se fazer um debate atual e político sobre as questões que contornam o rural contemporâneo, e que não foge da discussão sobre a divisão sexual do trabalho (SILVA & SCHNEIDER, 2010). O processo de feminização da agricultura, que constitui a investigação central deste trabalho, está diretamente relacionado a industrialização e as mudanças de ordem socioeconômica que a partir da década de 80 afetam a agricultura (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008; BALSADI, 2001). E por isso as seções anteriores, tiveram a função de dar base para o que vem a ser discutido nessa parte final do artigo.

Os poucos relatórios internacionais mais atuais sobre o tema - “*Feminización de la agricultura en América Latina y África Tendencias y fuerzas impulsoras.*” de Susana Lastarria-Cornhiel e “*The Feminization of Agriculture? Economic Restructuring in Rural Latin America*” de Carmen Deere - abordam a discussão sobre a feminização do campo de forma ampla, na medida em que o processo se estende tanto para o lado da agroindústria de exportação quanto para o lado da agricultura familiar (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008; FEDERICI, 2013). Nesse sentido, o processo de feminização do campo - que compreende de forma geral o aumento da presença da mão de obra feminina atuante na agricultura - pode ser compreendido e analisado em duas direções que são de certa forma opostas, mas complementares. Ambas essas tendências são relacionadas com crescente mecanização da agricultura, a introdução de novas culturas não tradicionais para exportação e a adoção de políticas liberalizantes que afetaram os trabalhos no campo. (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008; FEDERICI, 2013).

Por um lado observa-se a maior concentração das mulheres nas unidades produtivas da agricultura familiar, na medida em que os homens das famílias saem para atuar na indústria agrícola - pluriatividade (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008; FEDERICI, 2013; RODRIGO, 1986). Nesse caso, a concentração da mão de obra feminina se mantém no rural tradicional, posto que os homens têm maiores oportunidades de trabalho e renda na indústria, fora da unidade de produção familiar (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008). No entanto, por outro lado - mas pelo

mesmo motivo de aproximação entre campo e indústria, e da expansão da lógica da acumulação - o que se observa em outras áreas é a feminização dos trabalhos fora da agricultura familiar, na própria na agroindústria de exportação, tendo em vista que a mão de obra feminina é mais barata e permite assim, um menor custo de produção para certas culturas que não demandam trabalhos qualificados<sup>5</sup>.

Katz (2003) y Deere (2005), a partir de datos nacionales y estudios de caso locales, identifican dos tipos de fuerza laboral agrícola que se han feminizado en muchos países latinoamericanos. Se refieren, por una parte, al incremento de mujeres en la fuerza laboral agrícola remunerada, en especial en el sector de exportaciones no tradicionales. Por otro, al hecho que en la pequeña agricultura, las mujeres están asumiendo mayores responsabilidades ya sea como agricultoras principales o como trabajadoras familiares no remuneradas. (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 07)

#### **4.1 A expansão força de trabalho remunerada no agroindústria:**

A partir dos anos 80 com as políticas de liberalização, observa-se na periferia o crescimento de culturas agrícolas não tradicionais e de alto valor para a exportação (frutas, flores, castanhas) onde predomina-se o agronegócio exportador (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008). Esse setor em crescimento gerou um aumento substancial na demanda por mão de obra na agroindústria, que resultou conseqüentemente numa mudança considerável no perfil da força de trabalho empregada nesse setor agrícola, com o aumento do emprego sazonal, terceirizado e o uso de mão de obra feminina. Nessas indústrias a contratação de mulheres enfrenta uma segmentação do trabalho, no qual fica encarregado a elas as funções mais intensivas em trabalhos e os quais demandam menos força física ou a operação de máquinas (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008).

O ponto central da maior contratação de mulheres nesses mercados se faz pela maior demanda de trabalho flexível e sazonal - o que também se traduz como um reflexo das possibilidades de flexibilização do trabalho que as políticas liberalizantes concedem ao capital. Assim, o contraste entre o antigo sistema de plantações e o agora existente, é

---

<sup>5</sup> Definição dada pela autora, no qual os trabalhos que exigem mais força física e o manuseio de máquinas são preferencialmente executados por homens. (CORNHIEL, p. 4)

exatamente o aprofundamento da flexibilização do trabalho (DEERE, 2005). Segundo os diagnósticos já citados que avaliam o trabalho feminino em atividades agrícolas na América Latina e África, observa-se que antes o perfil de trabalho no campo era majoritariamente masculino e permanente, que se complementava com o trabalho sazonal durante os períodos de colheita e máxima atividade agrícola. No entanto, nos deparamos hoje com um cenário no qual há uma maior demanda por trabalhos sempre sazonais, que garantem menores custos com mão de obra para a agroindústria.

En América Latina y África, esta nueva fuerza laboral femenina remunerada - compuesta por trabajadoras de estación, temporeras o ocasionales - se caracteriza fundamentalmente por su “flexibilidad”. Debido a la alta competitividad existente en el mercado mundial de verduras, frutas y otros productos frescos como las flores, los agronegocios requieren una fuerza laboral dispuesta a trabajar largas jornadas y sólo durante una parte del año, a recibir bajos salarios y carecer de prestaciones sociales. (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 9)

É importante destacar que o aumento da presença feminina no campo está densamente relacionada com a precarização dos trabalhos no campo. Dentro dessa perspectiva, conectam-se os trabalhos de Helena Hirata (2009, 2005) acerca da precarização e divisão sexual e internacional do trabalho, na qual ela escreve sobre a “divisão sexual dos trabalhos precários”. Essa noção parte da própria interpretação dos indicadores internacionais do trabalho precário, que envolvem: (a) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais; (b) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; (c) níveis baixos de qualificação.

Esses indicadores direcionam-se para uma marcada divisão sexual da precariedade, já que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial: número inferior de horas trabalhadas, níveis mais baixos na escala de qualificação. Eles também apontam para o fato de que, mesmo quando tem um emprego com contrato por tempo indeterminado, o trabalhador pode encontrar-se em situação precária, como demonstram os novos empregos por tempo indeterminado, criados no Brasil a partir de 2005, cuja remuneração é um salário mínimo. (HIRATA, 2009, p. 26)

Isso é reconhecido no campo pelo crescente emprego de mulheres como mão de obra barata, flexível e não qualificada (DEERE, 2005; CORNHIEL, 2008). A agroindústria tende a

considerar as tarefas e capacidades das mulheres como qualidades propriamente femininas e desqualificadas, o que reflete diretamente o perfil dos trabalhos em que se emprega as mulheres, sendo estes pior remunerados que os trabalhos ofertados aos homens.

En la agroindustria se tiende a considerar las tareas y capacidades de las mujeres como cualidades propiamente femeninas que no ameritan niveles de salario calificado o equivalentes a los de los hombres. En consecuencia, las mujeres se concentran en los trabajos “femeninos” (no calificados), peor remunerados que los asignados a los hombres (Dolan y Sorby, 2003; Deere, 2005; Barrientos y otros, 2003 *apud* Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 10)

Ademais, pontua-se que o aumento da emprego assalariado de mulheres se mostra bastante limitado aos produtos agrícolas de exportação não tradicionais, que apresenta-se como a atividade agroindustrial mais dinâmica do neoliberalismo, exatamente pela sua maior intensidade de trabalho flexível - dada pela demanda de trabalho em poucos meses do ano (DEERE, 2005). Os estudos de caso realizados na América Latina indicam que as mulheres respondem em média por cerca de 60 por cento da força de trabalho empregada nessa economia. (DEERE, p. 53) "Con cada vez mayor frecuencia, la fuerza laboral ocasional está compuesta de mujeres y en algunos países representa más de la mitad de este sector." (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 9)

Segundo Carmen Deere, as mulheres são preferidas nesse tipo de trabalho pela própria socialização feminina, que as faz aceitar trabalhos precarizados. Dessa forma, enxerga-se novamente a apropriação e o aprofundamento da divisão sexual do trabalho dentro desse setor pela globalização, tendo em vista as condições com as quais as mulheres adentram mercado.

Women are the preferred workers partly because their socialization has made them into flexible workers, so they are willing to accept short-term, casual employment, and the fact that they are adept in flexibly combining production and reproduction. Gender socialization has also produced the skills (patience, dexterity, submissiveness) in women necessary for high-quality production in extremely competitive markets. As a skilled, but devalued, work force women are cheaper to employ than men and less likely to organize. (DEERE, 2005, p. 52)

Ademais, segundo Susana Lastarria-Cornhiel, esse é também um reflexo do que é de forma geral a estrutura produtiva da agroindústria no campo: estrutura no qual os trabalhadores homens são mais valorizados do que as mulheres e tem, portanto, maiores possibilidades de receber salários melhores por terem mais oportunidades de emprego, na medida em que são considerados mão de obra qualificada.

Debido a situaciones de urgente necesidad y a la falta de activos, las mujeres tienden a aceptar salarios más bajos; por lo general, se les tiende a pagar más en especie (alimentos) que en dinero en efectivo. Los hombres, en cambio, están en posición de exigir mejores salarios porque tienen activos y más oportunidades en el sector agrícola (Evans, 1992 *apud* Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 9)

É importante ressaltar que até mesmo a perspectiva de melhora dos trabalhos femininos no agronegócio de exportação é limitado. Isso acontece posto que os treinamentos, a aquisição de técnicas e a capacitação para o manuseio de máquinas de grande porte são oferecidas exclusivamente aos trabalhadores contratados não temporários, que são em maioria homens. Assim, a reprodução da precariedade nos postos de trabalho feminino se mantém.

Por lo general, la agroindustria ofrece capacitación formal (por ejemplo, en gestión o en manejo de maquinaria) a sus trabajadores permanentes, mayoritariamente hombres. Las destrezas que adquieren las mujeres las obtienen normalmente en el trabajo a través de la realización de tareas repetitivas (Dolan y Sorby, 2003: 40). Esto significa que la mayoría de las mujeres no tienen la misma oportunidad que los hombres de aumentar su nivel salarial y ascender a cargos de supervisión o de dirección. (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 12)

Em suma, essa tendência de feminização do campo pelo lado da inserção da mulher na agricultura mecanizada de exportação parece ser uma "faca de dois gumes". Isso porque apesar das oportunidades oferecidas para as mulheres na agroindústria terem criado condições de trabalho remunerado e acesso a renda para mulheres, suas condições de trabalho se caracterizam pela insegurança, pelas prolongadas jornadas de trabalho, riscos para a saúde, menores salários e limitadas oportunidades para adquirir habilidades e capacitação. (Lastarria-Cornhiel, p. 11)

#### **4.2 A participação da força de trabalho feminina na agricultura familiar**

O outro lado da tendência de feminização da agricultura se mostra nas unidades de produção propriamente camponesas, a agricultura familiar. Logo de início é imprescindível ressaltar a carência de dados com o recorte de gênero dentro do universo ainda ligado às formas tradicionais de lida com a terra, muito porque os censos demográficos e pesquisas tangem dificuldades para se estimar e contabilizar agricultura familiar.

Es difícil estimar el alcance de la agricultura de subsistencia, ya que en su mayor parte no es un trabajo asalariado y a menudo no se produce en granjas formales. A esto habría que añadir que muchas de las mujeres que lo realizan no lo perciben como un trabajo. Esto camina en paralelo con otro factor económico bien conocido: el número de trabajadoras domésticas y el valor de su trabajo es difícil de calcular. Dado que el capitalismo está orientado a la producción para el mercado, el trabajo doméstico no se contabiliza como trabajo, y aún muchas personas no lo consideran un «trabajo de verdad». [...] Por señalar un ejemplo, afirman que en Bangladesh la participación de las mujeres en la mano de obra era del 10 % según la Encuesta de Población Activa de 1985-1986 y, sin embargo, cuando en 1989 esta misma investigación incluyó en el cuestionario actividades específicas como la trilla de cultivos, el procesamiento de alimentos y la cría de aves el índice de actividad económica creció hasta un 63%. (FREDERICI, 2013, p. 225)

Apesar da carência de dados, alguns estudos em torno da feminização do campo mostram que essa é de fato uma tendência observada na periferia global dentro das unidades de produção familiar, principalmente na África e na América Latina. Nesses lugares, reconhece-se estatisticamente um crescimento absoluto e relativo da mão de obra feminina na agricultura de forma geral, contudo muito desse aumento se apresenta nos trabalhos dentre as categorias "isolados" e "trabalhador familiar não remunerado" - ambas representadas a maioria das unidades de agricultura familiar - que articulam-se diretamente com a organização camponesa. (RODRIGO, 1986)

Tendo em vista a agricultura familiar, a maioria dos casos em que é percebida a feminização do campo, essa está ligada a pluriatividade em casos em que o homem sai da atividade agrícola para ocupações industriais. Isso significa, na maioria dos casos, a sobrecarga de atividades para as mulheres. (RODRIGO, 1986)

Na realidade, todas as mulheres inquiridas já trabalhavam no campo antes de casarem e continuaram a fazê-lo depois de casadas, mesmo antes de o marido ter abandonado a actividade agrícola. O que actualmente sucede é que, para além dos trabalhos domésticos, elas têm a seu cargo os trabalhos agrícolas, que anteriormente eram repartidos pelo casal ou mesmo da responsabilidade do marido. Pode-se pois afirmar, com base nos dados recolhidos, que a saída do marido da actividade agrícola representou para elas uma sobrecarga de trabalho, já que não houve alterações nos sistemas de produção anteriormente praticados, não se verificou maior recurso à mão-de-obra assalariada, nem houve redução da área cultivada. (RODRIGO, Isabel , 1986, p. 647)

Pontua-se que dentro dessas unidades produtivas tradicionais já existe uma divisão das tarefas na qual as mulheres assumem o plano doméstico e de cuidados. Portanto, a saída dos homens da unidade produtiva familiar promove a acumulação dos trabalhos para as mulheres, que tem os trabalhos de cuidado somados as responsabilidades masculinas de cultivo e produção de alimentos.

[...]la división tradicional de las tareas agrícolas según sexo, que asigna prioritariamente a los hombres en los cultivos comerciales y las mujeres en los alimentarios, está cambiando a medida que más hombres emigran a áreas urbanas en busca de trabajo remunerado (Njuki y otros, 2004: 164). Las mujeres quedan a cargo de los cultivos comerciales y de subsistencia, realizando actividades como la preparación del terreno, que tradicionalmente se consideraba tarea masculina. (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 12)

É essencial entender o processo de feminização do campo como uma consequência das mudanças nas condições socioeconômicas de reprodução no universo rural, mas também como um reflexo da estrutura de divisão sexual do trabalho já existente na sociedade. (RODRIGO, DEERE, CORNHIEL) A divisão sexual do trabalho parte da compreensão de que mulheres e homens são grupos socialmente distintos e que historicamente estão colocados em posições diferentes no âmbito do trabalho. Sob essa divisão temos a separação da produção e da reprodução, na qual delibera-se funções de cuidado e reprodução (restrita ao ambiente privado) para as mulheres e as funções de produção (ambiente público do mercado) para o homem. Assim, a divisão de tarefas entre sexos tem que ser entendida para além das questões biológicas, mas sim como parte do processo de socialização que, ao longo do tempo passa a configurar-se como um sistema de hierarquização e segregação de gênero. Dessa

sistematização, o trabalho doméstico feminino permanece desvalorizado e invisibilizado. (MENDES, SIQUEIRA & RETTORE, 2018)

Dessa forma, nesse contexto de crescente industrialização do campo pela mecanização, que configura uma das causas para o desemprego e a precarização rural, pode-se citar não só os custos de oportunidade para mulheres e homens no setor industrial, mas também o reforço das restrições que sobressaem sobre a função materna de cuidados que se impõe às mulheres.

Estas restrições, associadas a condicionantes exteriores —como Barberis refere, «a feminização da agricultura não é resultado da livre escolha das mulheres, mas antes resultante de determinantes socioeconómicas exteriores» —, nomeadamente os diferentes custos de oportunidade da força de trabalho masculina e feminina no mercado de trabalho, explicam que as estratégias familiares, entendidas como mecanismos de ajuste e redistribuição dos elementos produtivos que a exploração agrícola /grupo doméstico dispõe, tendam a eleger a mulher como o elemento do grupo doméstico que melhores condições reúne para permanecer na exploração agrícola. (RODRIGO, Isabel, 1986, p. 645)

Sendo assim, a o protagonismo feminino nas unidades de produção camponesa pode ser compreendido por dois fatores distintos, mas que se fazem complementares dentro do novo contexto econômico: Por um lado, temos que a imposição das atividades domésticas e dos trabalhos de cuidado - como a maternidade - restringe a atuação feminina nos ambientes públicos, na medida em que a noção de reprodução ampliada da vida é atomizada no corpo da mulher. Já por outro lado, temos a maior demanda por trabalho de homens nos setores mais produtivos e rentáveis da economia, tornando mais viável para o núcleo familiar que a mulher permaneça no campo e o homem se insira nos trabalhos industriais.

Assim, a preferência do mercado pela mão de obra masculina nas indústrias e agroindústrias configura-se como causa do esvaziamento periódico/sazonal dos homens das comunidades rurais - a partir inserção do homem no mercado de trabalho assalariado para se gerar a renda complementar - e gera como consequência uma das vias da tendência de “feminização das aldeias” rurais no âmbito das economias periféricas. (FEDERICI 2013; RODRIGO, 1986)

Essa realidade a qual as mulheres camponesas da contemporaneidade se deparam está além de ser entendida como uma discriminação do mercado de trabalho, mas se relaciona diretamente tanto com a reafirmação dos espaços de cuidado encarregado as mulheres sob a divisão sexual do trabalho, quanto, por outro lado - tal como defende Federici - com a potência feminina na garantia de reprodução ampliada da vida. (MENDES, SIQUEIRA & RETTORE, 2018)

## CONCLUSÃO

A feminização do campo é um processo que muito tem a nos dizer dos contornos tomados nas relações de trabalho no cenário da crescente expansão do neoliberalismo e da lógica urbano-industrial para outros espaços, como o ambiente rural. O protagonismo das mulheres nas atividades agrícolas tanto remuneradas como não remuneradas evidencia a herança da histórica divisão sexual do trabalho e as apropriações atuais provenientes dessa sistematização que impacta as ocupações da mão de obra feminina no ambiente agrícola.

Sob essa perspectiva, a divisão sexual do trabalho traduz essa especificidade que perpassa a socialização mulher, que recai para as condições de trabalho da mão de obra feminina. Tal sistematização já discutida ao longo do artigo, reflete-se tanto como um meio de torná-las mais atraentes para o mercado da agroindústria de exportação - sendo empregadas como mão de obra barata e flexível; quanto com a permanência delas nas unidades de produção da agricultura familiar, garantindo a sustentação gratuita da reprodução ampliada da vida, posto que são elas que assumem em grande parte os trabalhos direcionados ao cuidado e os trabalhos de produção de alimentos para autoconsumo.

A partir de todas as mudanças observadas, uma das inquietações centrais dentro dos estudos sobre a feminização da agricultura é se o processo em alguma medida impacta na emancipação dessas mulheres em relação a dominação patriarcal, proporcionando-as maior independência econômica. Nesse sentido, o estudo latino americano de Carmen Deere conclui que de fato os trabalhos assalariados das mulheres promovem uma certa independência econômica, capacitando-as para tomar suas próprias decisões. Porém, ainda assim, há ressalvas quanto a condição familiar a qual a mulher se insere.

Las solteras tienen un control casi total sobre sus ingresos; sin embargo, muchas entregan parte del dinero a sus madres, en especial si viven con los progenitores. En el caso de las casadas, si bien el dinero aumenta su poder de decisión en el hogar, a veces también contribuye a la generación de conflictos y violencia intra-familiar. (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 16)

No entanto, infelizmente, essas tendências de feminização por si só não tem se mostrado suficientes para o empoderamento feminino camponês de maneira ampla. O que se observa a partir dos diversos estudos de caso realizados tanto na América Latina quanto na África é que "la propiedad de la tierra constituye un factor determinante en el proceso de empoderamiento". (Lastarria-Cornhiel, 2008, p. 17) Ou seja, apesar da maior presença da mulher nos postos de trabalho tanto remunerado quando não remunerado, o potencial de empoderamento feminino é muito mais influenciado pelo acesso a recursos produtivos, principalmente a terra. No entanto, a natureza das patriarcal das sociedades rurais acaba por privar as mulheres dos direitos sobre a propriedade de terra.

Como conclusão temos que a reestruturação produtiva do campo e a globalização afetaram diretamente as ocupações da mão de obra feminina na agricultura, tornando-as protagonistas de alguns recortes da produção agrícola, tanto nos trabalhos não remunerados quanto nos assalariados. (Deere, 2005) Assim, a feminização do setor agrícola se assume através desses dois caminhos distintos - e quase opostos, mas que manifestam como o reflexo de um mesmo contexto social.

## **REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:**

BALSADI, Otavio Valentim. MUDANÇAS NO MEIO RURAL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, Jan. 2001.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

DEERE, Carmen. The Feminization of Agriculture? Economic Restructuring in Rural Latin America. United Nations Research Institute for Social Development. 2005.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: Cadernos pagu (17/18) 2001/02: pp.139-156.

HIRATA, Helena. Globalização, Trabalho e Gênero. In: Revista Políticas Públ., v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. XI Journées Internationales de Sociologie du Travail. In Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n° 21,p. 24-41. 2009.

FEDERICI, Silvia. Mujeres, luchas por la tierra y globalización: una perspectiva internacional. In: Revolución en Punto Cero: Trabajo doméstico, reproducción e luchas feministas. 2013.

LASTARRIA-CORNHIEL, Susana. Feminización de la agricultura en América Latina y África Tendencias y fuerzas impulsoras. 2008

LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade**. São Paulo, SP: Centauro, 2001.

MENDES, Isabella; SIQUEIRA, Bruno; RETTORE, Mariana. Campesinato e Protagonismo Feminino nas Lutas Anticapitalistas. Artigo 138, XXIII ENEP. Rio de Janeiro, 2018.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. "O que é o urbano, no mundo contemporâneo". Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n. 111, p. 09-18, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. "Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental." Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR 1994 (1994): 169-181.

MONTE-MÓR, Roberto Luís M. "Urbanização extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil." Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde (2003): 79.

RODRIGO, Isabel. "Feminização da agricultura". Análise Social, v. 22, n. 92-93, p. 643-652, 1986. Portugal.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo, KOPPE, Leonardo; CASTILHO E SILVA, Carolina. "A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do RS". In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). A Diversidade da Agricultura Familiar, 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) Gênero e Geração em Contextos Rurais. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207. Brasil.

SILVA, José Graziano. Progresso técnico na agricultura. 1990. Brasil

SILVA, Carolina & SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. Brasil. 2010